

**Urbanização & Gentrificação: Favela Brás de Pina – Rio de Janeiro**

*Urbanization & Gentrification: Favela Brás de Pina – Rio de Janeiro*

**Luciana Nemer**

Professora Doutora, UFF, Brasil.  
luciananemerdiniz@gmail.com

**Felipe Gustavo Silva**

Doutorando, UFF, Brasil.  
felipegustavosilva@outlook.com

## RESUMO

Este artigo analisa a história de Brás de Pina, na cidade do Rio de Janeiro, como exemplo paradigmático de urbanização de favelas ocorrido no século XX e seus desdobramentos na atualidade. O estudo tem como objetivo destacar o processo de gentrificação iniciado desde o anúncio do projeto e as mudanças ocorridas no território ao longo dos anos que levaram à segregação espacial dentro da área e, da mesma em relação à cidade formal. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e documental e visitas a campo, discutindo aspectos da relação do 'bairro de Brás de Pina' com o entorno imediato, buscando compreender se a intervenção contribuiu para reforçar a identidade e memória coletiva local. Além disso, o trabalho discute a formalização da posse da terra enquanto regularização fundiária, e o quanto esta impacta no cenário atual. Também é abordada a permanência do desenho urbano apesar da utilização do projeto inicial como forma de gentrificação predatória, implicando na perda das características culturais e locais da área suburbana carioca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Favela Brás de Pina. Gentrificação. Urbanização.

## ABSTRACT

*This article analyzes the history of Brás de Pina, in the city of Rio de Janeiro, as a paradigmatic example of slum urbanization that occurred in the 20th century and its developments today. The study aims to highlight the gentrification process that began since the announcement of the project and the changes that occurred in the territory over the years that led to spatial segregation within the area and in relation to the formal city. The research is based on a bibliographical and documentary review and field visits, discussing aspects of the relationship between the 'Brás de Pina neighborhood' and the immediate surroundings, seeking to understand whether the intervention contributed to reinforcing local identity and collective memory. Furthermore, the work discusses the formalization of land ownership as land regularization, and how much it impacts the current scenario. The permanence of the urban design is also addressed despite the use of the initial project as a form of predatory gentrification, resulting in the loss of cultural and local characteristics of the Rio suburban area.*

**KEYWORDS:** Favela Brás de Pina. Gentrification. Urbanization.

## 1 INTRODUÇÃO

A urbanização de favelas tem sido um desafio constante para as autoridades municipais em várias cidades ao redor do mundo. No contexto brasileiro, esse processo envolve a regularização fundiária, a melhoria da infraestrutura básica e a incorporação dos assentamentos informais ao tecido urbano formal. A Favela Brás de Pina é um exemplo emblemático dos desafios enfrentados pelas comunidades informais no Rio de Janeiro.

A favela começou a se formar na década de 30, em uma área de mangue, onde a terra era escassa e instável. As áreas próximas às ruas oficiais eram mais firmes, enquanto o centro da favela era um charco sujeito a inundações. As construções eram principalmente de madeira e as condições de vida eram precárias. A falta de infraestrutura básica era um dos principais desafios enfrentados pela comunidade, com esgoto a céu aberto e acesso limitado à água potável e eletricidade. A densidade populacional era alta e o lixo era descartado de forma inadequada, contribuindo para problemas ambientais e de saúde pública.

Ao longo das décadas, várias tentativas foram realizadas para organizar a situação na Favela Brás de Pina, visando melhorar as condições de vida dos moradores. O desenvolvimento urbano é um processo multifacetado que transcende simplesmente o crescimento demográfico e espacial das cidades, envolvendo uma transformação tanto quantitativa quanto qualitativa nos aspectos socioeconômicos, culturais e espaciais das áreas urbanas.

Os projetos de renovação e expansão urbana podem ser utilizados como estratégias para revitalizar áreas urbanas, integrando diferentes atividades como comércio, lazer e habitação. No entanto, essas iniciativas devem ter certo cuidado e haver um planejamento que efetivamente promovam o desenvolvimento econômico e melhorem a qualidade de vida dos residentes, respeitando a identidade cultural das comunidades locais. Nesse ponto, a intervenção de Brás de Pina teve um processo complexo, sendo um sucesso de certo modo, mas muitos desses esforços foram limitados e enfrentaram resistência da comunidade, resultando em transformações parciais e desafios persistentes.

A dicotomia entre núcleo e periferia nas cidades brasileiras mostra a complexidade das realidades nos núcleos metropolitanos, geralmente bem servidos e de alto valor econômico, coexistem com as periferias, muitas vezes marginalizadas e carentes de infraestrutura básica. As intervenções do poder público nas periferias visando melhorar as condições de vida podem inadvertidamente desencadear o surgimento de novas periferias ainda mais distantes e marginalizadas. As favelas são um reflexo das desigualdades socioeconômicas e das deficiências nas políticas públicas de habitação e planejamento urbano.

O processo de transformação - urbanização e construções habitacionais - aqui delineado exemplifica o fenômeno nomeado por gentrificação. Conforme Santos (2021, p. 17) o termo gentrificação chama a atenção de quem ouve e causa muitos pontos de interrogação e confusão, no entanto, o diferencial está no público alvo alcançado por este fenômeno, sobretudo os antigos ou novos moradores. A origem do termo veio de Londres, cunhado pela urbanista Ruth Glass e, após cerca de meio século, entre formulações e adaptações a vários contextos urbanos, chegou também às favelas cariocas (SANTOS, 2021, p. 18).

Este artigo busca compreender as origens históricas da favela, suas condições de vida e os problemas sociais enfrentados pelos moradores ao longo do tempo. A pesquisa destaca a

importância de compreender as origens e os desafios postos à Favela Brás de Pina, bem como as complexidades envolvidas na implementação de políticas de urbanização.

## **2 OBJETIVOS**

Este estudo tem como objetivo principal analisar o processo de gentrificação em Brás de Pina, desde o anúncio do projeto de urbanização até os seus desdobramentos na atualidade, discutindo o impacto da formalização da posse da terra na dinâmica socioespacial local e as consequências para a identidade e memória coletiva dos moradores. Além disso, busca-se compreender as mudanças ocorridas no território ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito à segregação espacial e à relação do bairro com a cidade formal.

## **3 METODOLOGIA**

A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando como principais fontes de dados a revisão bibliográfica e documental. Adicionalmente utilizou-se de visitas a campo como procedimento metodológico, coletando informações e dados empíricos obtidos através de registros fotográficos, conversa com moradores locais e observações do contexto circundante.

## **4 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA FAVELA BRÁS DE PINA**

A Favela Brás de Pina, localizada na cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo paradigmático do processo de ocupação e urbanização de áreas informais em contextos urbanos. Durante décadas, essa comunidade enfrentou desafios significativos, desde a ocupação inicial em uma área de mangue até a implementação de infraestrutura básica e o parcelamento da terra. A ocupação de Brás de Pina teve início na década de 1930, em uma área de mangue onde apenas as regiões próximas às ruas do bairro circundante tinham uma terra mais firme. O crescimento da comunidade foi marcado pela rápida construção de barracos, principalmente de madeira, em uma área densamente povoada e sujeita a condições precárias de infraestrutura. O esforço coletivo dos moradores foi notável, permitindo a consolidação da área mesmo em condições adversas (SANTOS, 1981).

### **4.1 DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO EM BRÁS DE PINA**

A Favela Brás de Pina, na véspera de Natal do ano de 1964, resistiu uma tentativa de remoção parcial da favela com o apoio da Igreja Católica, liderada pelo padre José Sainz Artola. Em um esforço para resistir à remoção completa, as lideranças locais, com a mediação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), buscaram a assessoria do grupo Quadra, formado pelos arquitetos Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Rogério Aroeira Neves, Sylvia Wanderley e Sueli de Azevedo, para elaborar um plano de urbanização da área (SANTOS, 2021). Essa proposta foi recebida com surpresa durante o governo Negrão de Lima, “Se eles quisessem permanecer no lugar onde estavam, era preciso não só continuarem juntos

[...] foi aí que surgiu a bandeira da “urbanização” como uma resposta ao desafio do governador” (SANTOS, 1981, p.34).

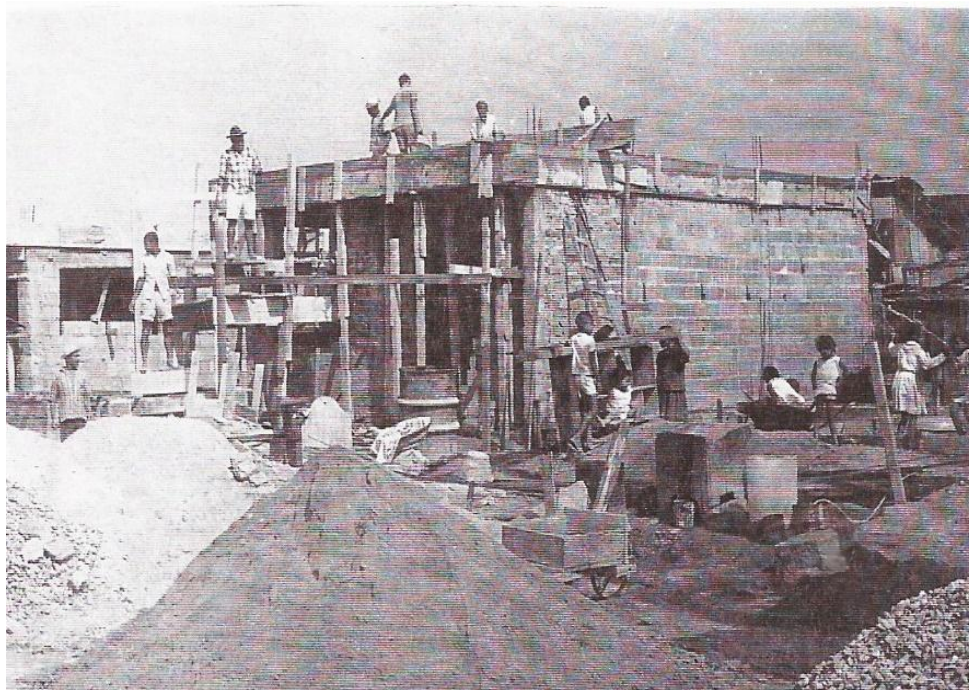
A urbanização da localidade só ocorreu após décadas de ocupação informal, quando as autoridades locais decidiram implementar medidas para melhorar as condições de vida dos moradores. Para o processo de urbanização houve a necessidade da implementação de infraestrutura básica, como abastecimento de água, eletricidade e saneamento, bem como a escolha pelos moradores por parcelamento da terra em lotes individuais. A comunidade participou ativamente desse processo, contribuindo com ideias e decisões que refletiam suas necessidades e interesses (BLANK, 1980).

O projeto foi formado sobre a premissa básica de que deve ser considerado e respeitado como investimento de capital, trabalho e tempo dos habitantes, tudo o que existe em condições boas ou razoáveis, desde que isso seja representativo de uma forma de desenvolvimento lógico da comunidade (BLANK, 1980, p.101).

A participação comunitária desempenhou um papel fundamental no processo de urbanização da Favela Brás de Pina. Os moradores se envolveram ativamente na escolha dos lotes e na definição das prioridades para a implementação da infraestrutura básica. As decisões foram tomadas de forma democrática, levando em consideração as necessidades coletivas e individuais da comunidade. A liderança comunitária desempenhou um papel importante na coordenação desses esforços e na representação dos interesses dos moradores perante as autoridades locais (SANTOS, 1981).

O período entre o último trimestre de 1968 e novembro de 1969 marcou uma fase intensa de transformação na Favela Brás de Pina, transformando-a em um verdadeiro canteiro de obras. Durante esse período, várias atividades coexistiram, como as obras de infraestrutura, aterramento, pavimentação das ruas principais, ensaibramento das ruas de pedestres, além da desmontagem e montagem de barracos, e construção de casas. Os primeiros financiamentos do Programa RECON-Social do Banco Nacional da Habitação (BNH) foram disponibilizados por volta de meados de 1969, dos quais 593 das 900 famílias utilizaram (BLANK, 1980). Dentro das diretrizes do programa, os moradores tinham liberdade na escolha do local para adquirir materiais de construção.

Figura 1 – Processo de autoconstrução na Favela de Brás de Pina

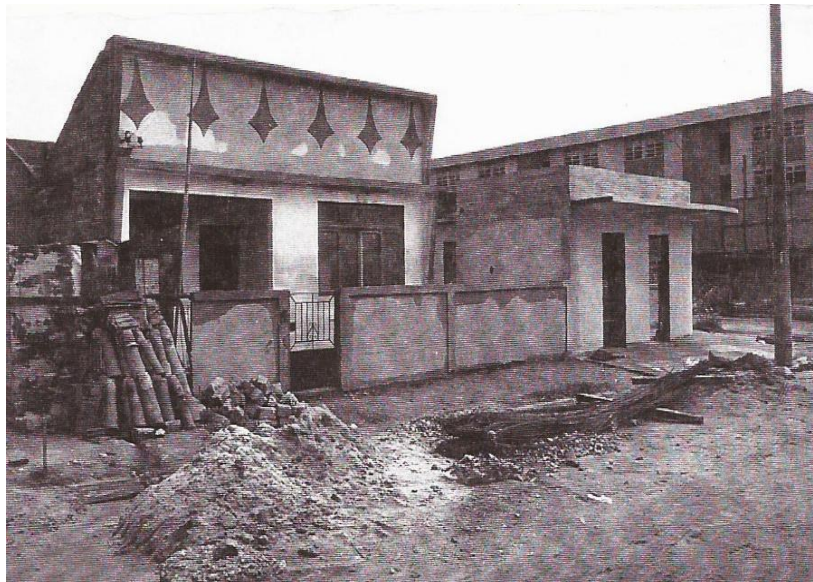


Fonte: BLANK, 1980.

A responsabilidade pela construção das habitações sempre recaiu sobre os moradores, enquanto a companhia fornecia assistência técnica mínima, fiscalização e orientação quando solicitada. Essa abordagem enfatizava três princípios fundamentais: liberdade de concepção, autoconstrução e despreocupação formal (BLANK, 1980). Os moradores foram incentivados a desenhar suas próprias plantas, resultando em uma variedade de projetos. A maioria optou por soluções que conferissem "status", como projetos com varanda, mesmo que em dimensões mínimas, ou corredores reproduzindo soluções de apartamentos encontrados em jornais. Após a análise das plantas, os moradores podiam solicitar financiamento para a construção. Em 1977, havia 604 lotes ocupados por casas de alvenaria financiadas pelo RECON, 70 lotes com casas de alvenaria sem financiamento, 213 lotes com casas de madeira, entre outras configurações. O processo de construção geralmente envolvia a contratação de um ou dois trabalhadores durante a semana, e mutirões nos finais de semana para obras maiores.

A compra de materiais era feita sem interferência dos técnicos, o que às vezes resultava em insuficiência de material ou mau uso. Isso levava a casos em que as famílias de renda mais baixa deixavam as casas sem acabamento, enquanto as mais abastadas compravam o restante dos materiais necessários. O processo de construção também envolveu adaptações conforme a obra avançava. Uma modificação comum foi em relação aos banheiros, que inicialmente abriam para a área de serviço ou cozinha, mas posteriormente foram direcionados para a área íntima da casa após considerações de higiene (BLANK, 1980).

Figura 2 – Construção com detalhes na fachada remetendo às colunas de Niemeyer em Brasília.

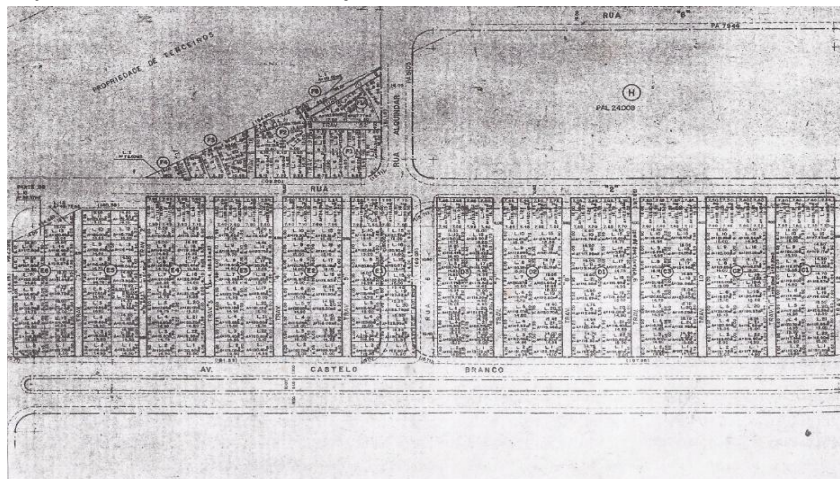


Fonte: BLANK, 1980.

Antes de sua urbanização, a Favela Brás de Pina se destacava significativamente do entorno pela precariedade das habitações, pela ausência de infraestrutura e pela configuração irregular das ruas e casas. A transição entre o bairro e a favela era clara, evidenciando a disparidade física e social existente. A escolha da comunidade pelo projeto que destinava um terreno de 120 m<sup>2</sup> por família refletia o desejo de serem integrados à cidade de maneira mais convencional.

A planta do loteamento, fornecida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, delineava os planos de alinhamento e urbanização para a modificação das quadras, embora sua conformidade com a realidade fosse questionável devido a questões de propriedade não regularizada. A regulamentação para novas construções, estabelecida durante o plano de urbanização, influenciou a aparência física da favela, definindo parâmetros para as dimensões das construções, recuos obrigatórios e outros aspectos arquitetônicos (BLANK, 1977).

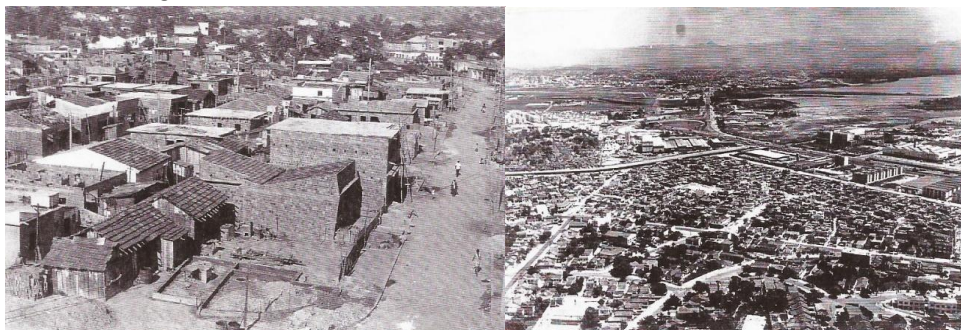
Figura 3 – Projeto do alinhamento e urbanização alterando e inserindo fluxo viário na Favela de Brás de Pina



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

A transformação da favela era evidente nas imagens de 1971 e 1974, que mostravam a substituição progressiva dos barracos por casas de alvenaria em construção. As casas apresentavam uma variedade de estilos arquitetônicos, muitas vezes seguindo tendências contemporâneas e incorporando elementos estéticos adaptados às condições econômicas dos moradores (SANTOS, 1981).

Figura 4 – Vista Parcial de Brás de Pina em 1971 e vista aérea em 1974.



Fonte: BLANK, 1980.

Os residentes de Brás de Pina vislumbravam uma oportunidade de construção de novos pavimentos nas suas casas com o intuito de alugá-los e incrementar sua renda, mesmo que isso implicasse em obrigações financeiras mais elevadas, buscou-se financiamento para habitações. De acordo com Tavares (2021), essas iniciativas entraram em confronto com as diretrizes estabelecidas pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), a qual desencorajava atividades especulativas no local. Para superar esse impasse, a Associação local assumiu a administração das vendas dos direitos de construção. Entretanto, houve a necessidade de cobrança de uma taxa sobre as transações, gerando considerável descontentamento em relação à CODESCO. A associação de moradores passou a controlar a venda de direitos e estavam proibidas as construções com fins especulativos. Santos (1981) relata que posteriormente, descobriu-se que a associação estava cobrando um ágio sobre a venda de títulos. A associação perde a força.

Ao longo do tempo, a influência da Associação sobre a comunidade foi declinando, frente a crescente predominância da CODESCO. Na prática, a Associação deixou de representar os interesses coletivos, a CODESCO não era mais considerada aliada dos residentes e até mesmo o grupo de arquitetos participantes do projeto, apesar de defender os moradores, não tinha mais influência no desenrolar dos problemas que surgiram. Diante do aumento do descontentamento em relação à CODESCO, os habitantes solicitaram o cumprimento de uma promessa feita pelo governo estadual, a qual assegurava sua retirada após a conclusão do plano de urbanização (TAVARES, 2021).

Os moradores de Brás de Pina, para pagar as prestações da companhia, começavam a alugar ou vender quartos, lojas, garagens ou mesmo um pavimento inteiro, pois apesar de proibido pela CODESCO, era uma forma de aumentar a renda familiar a partir do aproveitamento econômico da própria moradia. Desta forma pediam empréstimo para construção de casas de dois pavimentos para gerar renda, pois o aluguel que recebiam era mais

alto que as prestações que pagavam. A companhia começa a questionar a questão do aluguel, bem como a venda de direitos de participar do plano de urbanização. Com o aluguel ou a venda dos direitos, a favela começava a receber moradores de outros bairros, então o plano de urbanização proposto para os favelados estaria atendendo grupos que não eles.

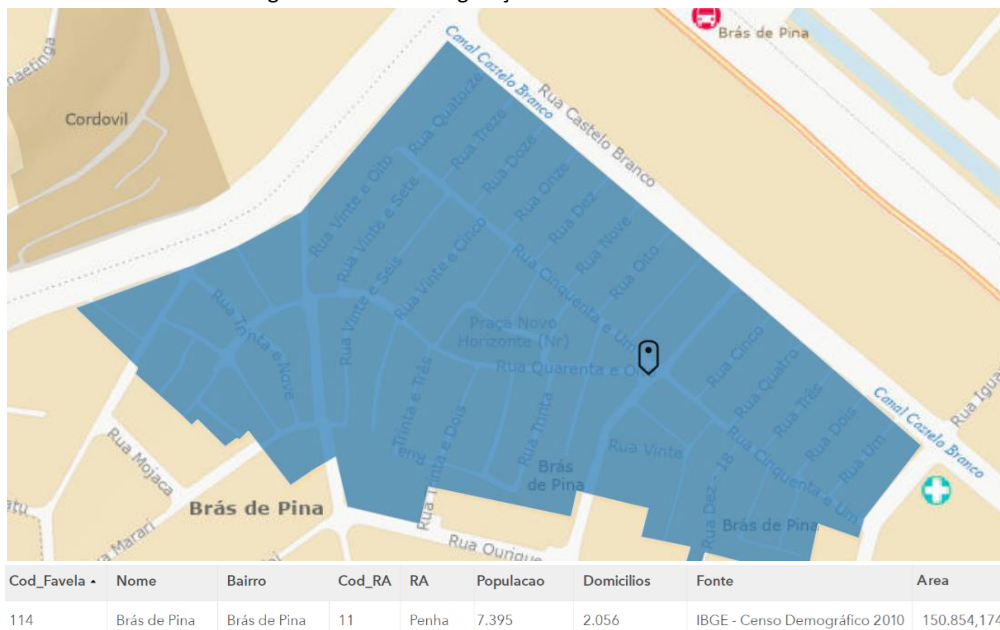
Embora as normas estabelecidas pela CODESCO tenham sido frequentemente desrespeitadas, elas não influenciaram substancialmente as construções futuras na favela. Muitos moradores encaravam suas habitações como um processo contínuo de evolução, adaptando-as ao longo do tempo de acordo com suas necessidades e recursos disponíveis. Como resultado, muitas residências permaneciam inacabadas ou sem revestimentos externos, refletindo um padrão comum em áreas urbanas marginalizadas do Rio de Janeiro.

A inserção do projeto da urbanização na lógica de mercado desencadeou um processo de venda de direitos por parte dos moradores. Nesse sentido, de acordo com Santos (2021), o caso de Brás de Pina pode ser considerado um tipo de gentrificação. A venda de vagas no plano de urbanização que permitiu a construção de casas de dois pavimentos, resultando em unidades extras que foram doadas a parentes ou mercantilizadas, sendo alugadas ou vendidas a indivíduos externos. Esse fenômeno, apesar das tentativas ineficazes da Associação de Moradores de controlar essa especulação imobiliária, promoveu aumento de tributos sobre a localidade e muitos moradores não conseguiam mais arcar com a oneração. Como resultado, a estrutura física da favela se distanciou do projeto original. A falta de segurança, o abandono local e a ausência de regularização fundiária contribuíram para a não permanência dos moradores originais (SANTOS, 2021, p. 126).

#### **4.2 A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA LOCALIDADE**

A Favela Brás de Pina se situa a uma quadra da Avenida Brasil, no sentido Santa Cruz - Centro, entre os bairros Parada de Lucas e Penha. O acesso à favela pela Avenida Brasil pode ser feito através da Avenida Schultz Wenk ou da Rua Iguaperiba, tendo o seu centro como ponto de partida para explorar a comunidade. Na esquina da Rua Alquindar com a Rua 51, encontra-se a Associação de Moradores da Vila de Santa Edwiges. De acordo com Instituto Pereira Passos (IPP), em Rio de Janeiro (2023), a área da localidade possui 150.854,17 m<sup>2</sup>.

Figura 5 – Atual configuração da Favela Brás de Pina.



Fonte: RIO DE JANEIRO, 2023.

O comparativo de imagens proporcionou uma análise da evolução da urbanização na região, revelando como os espaços têm sido utilizados em função das condições de sobrevivência disponíveis na comunidade, comparando o verificado em 2002 e as atuais condições do local. As imagens destacam a disposição física dos estabelecimentos e residências e mostram os desafios enfrentados pelos moradores para adaptar o ambiente urbano às suas reais necessidades.

Figura 6 – Calçadas sendo utilizadas para comércio em 2002 e avanço das construções sobre calçamento em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

À direita da fotografia de 2002, encontra-se a Associação, sendo notável a lixeira presa ao poste. Esta área central da favela abriga uma variedade de estabelecimentos, como mercados, bares, açougues, barbearias, padarias e outros. A distância entre as fachadas dos lotes varia entre 10,00 e 11,00 metros, enquanto as calçadas possuem uma largura de 2,00 metros. Nessa região, as calçadas são ocupadas pelos comerciantes, assim como por mesas e cadeiras de bares, refletindo a dinâmica comunitária do local. Há a irregularidade da construção

sobre a marquise, onde o segundo pavimento se estende sobre o passeio. É perceptível a presença de muitas garagens ao longo das vias principais. Apesar do limite de altura para edificações ser de dois pavimentos, é comum encontrar residências com três ou até mesmo quatro pavimentos, no final da Rua 51. Esses aspectos evidenciam a complexidade e a adaptação constante do ambiente urbano às necessidades e realidades locais.

Figura 7 – Rua Ourique em 2002 e as mudanças visualizadas em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

No cenário urbano delineado na Rua Ourique, situa-se os limites da favela. As residências à esquerda não estão inseridas na favela, indicando uma transição tanto espacial quanto socioeconômica. Os contrastes notáveis na infraestrutura e na arquitetura: o asfalto está mais bem preservado, as calçadas são mais amplas, os cabos elétricos estão mais organizados e os lotes têm testadas maiores em comparação com os da favela. Chama a atenção uma edificação de um pavimento com traços estilísticos remetentes ao neocolonial, possivelmente construída entre as décadas de 1930 e 1940. Originalmente concebida com uma fachada característica, posteriormente foi adaptada para comportar dois portões de garagem. Esse estilo arquitetônico é frequente nos subúrbios, sugerindo pertencer a descendentes de portugueses ou espanhóis. Muitas dessas residências foram projetadas com a intenção de serem alugadas, refletindo uma prática comum na época, especialmente nos subúrbios, sendo denominadas como "casas para renda" ou "casas para ganho". A condição atual do local revela poucas alterações urbanas neste ponto. No entanto, é evidente o abandono de alguns imóveis. De maneira geral, essa região, por representar a divisão entre a área formal e informal da cidade, demonstra um certo grau de organização urbana.

Figura 8 – Rua Iguaperiba em 2002 e as mudanças visualizadas em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

A Rua Iguaperiba retrata um dos limites da Favela Brás de Pina. Todos os sobrados e prédios de três pavimentos pertencem à comunidade. A linguagem arquitetônica é característica não apenas de Brás de Pina, mas de diversos subúrbios e favelas do Rio de Janeiro: casas e pequenos apartamentos que foram construídos progressivamente, conforme a necessidade surgia, com aberturas de diferentes tamanhos e estilos de esquadrias que refletem o que o mercado ofereceu nas últimas três décadas para atender às classes menos privilegiadas. A maioria das construções é encostada nas divisas laterais e, frequentemente, nas testadas dos lotes.

Ao se aproximar da Rua 7, é perceptível que as ruas internas, muitas vezes, são estreitas, e sua configuração é moldada pela disposição das residências. Isso fica evidente quando se observa que algumas dessas vias são sem saída. Um aspecto negativo dessa disposição viária é a sensação de confinamento nas ruas, mesmo quando os edifícios não ultrapassam três pavimentos. Prevalece assim, uma desproporção da rua em relação com a altura das construções, o que contribui para essa percepção de enclausuramento. A moradora presente na foto (figura 8), à esquerda, compartilhou que tem conhecimento de que o lote onde sua casa está construída é regularizado. No entanto, a família optou por não buscar o título de posse e legalizar a propriedade para evitar o ônus dos impostos.

De fato, é nessa área que o Governo do Estado concedeu os títulos de posse aos moradores no âmbito do Programa "Cada Família, Um Lote", em 1985. Cabe agora ressaltar que desde a entrada da família no lote, a CODESCO procurou fornecer uma promessa de venda daquele lote, que quando da compra do mesmo passaria de promessa à escritura definitiva. Esta mesma região é referida por Blank como a "área vazia", que surgiu com a remoção parcial da favela em 1964/65 e foi incorporada em 1969 ao processo de urbanização. Blank reproduziu o relato da moradora que destacou as ruas como sendo muito estreitas, em contraste com o restante da cidade. De fato, a largura dessas vias levou a CODESCO a determinar que as garagens só pudessem ser construídas nas ruas principais.

Figura 9 – Rua 7 em 2002 e as mudanças visualizadas em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

A vista capturada da Rua 48 (figura 9), olhando em direção à Rua 26 (a via estreita), possui divergência entre o verificado no local com o indicado na planta cadastral. Onde consta na planta cadastral a indicação de uma creche, encontramos a Ermida da Ex-favela, sugerindo

que os residentes consideram essa área como um bairro. A laje sobre a rua, proporcionando um efeito de envolvimento, pertence ao edifício do lado direito, também é perceptível que a estrutura está em estado precário de conservação. Informações levantadas na associação local, soube-se que o prédio abrigava uma creche, que foi ampliada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), mas cessou o fornecimento de alimentos, levando a Irmandade de Santa Edwiges de Brás de Pina a fechar a creche.

Figura 10 – Ermida da Ex-favela em 2002 e as mudanças visualizadas em 2021.



Fonte: dos autores, 2002; Google Maps, 2021.

Poucas informações foram obtidas na Associação, uma delas é que os moradores recusaram aderir ao Programa Favela Bairro da Prefeitura Municipal, alegando a não necessidade e a outra é que o local é frequentemente confundido com o Bairro da Penha Circular. Possivelmente, o que está implícito nas declarações do presidente da associação é que os moradores não reconhecem essa região de Brás de Pina como uma favela. No entanto, a Prefeitura a classifica como tal, como indicado na base de dados do Rio de Janeiro (2023). Através do cadastro do IplanRio (1993), verificou-se que o nome da associação é Associação dos Moradores da Vila de Santa Edwiges e que a favela possui atualmente infraestrutura oficial completa de água, esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais. Entretanto, a limpeza pública pela Comlurb é parcial e a coleta de lixo domiciliar, também realizada pelo mesmo órgão, é ineficaz. A energia elétrica é fornecida pela Light para todo o assentamento.

A problemática do acúmulo de resíduos é uma ocorrência comum ao longo das vias, onde grandes volumes são despejados a céu aberto, sem qualquer forma de contenção ou proteção, permanente ou até a coleta ser realizada pela operadora de lixo. Embora uma área de recreação tenha sido delimitada na área central da favela, a região encontra-se abandonada e desprovida de planejamento para atividades de lazer (TAVARES, 2021).

De topografia plana e morfologia irregular, a favela era considerada insalubre pelo IplanRio (1993), por estarem zerados, na ocasião, os itens de nº 61 a 100 do cadastro. No entanto, observa-se que a favela não foi objeto de pesquisa de campo, sendo as informações obtidas em fontes secundárias, como o levantamento aerofotogramétrico, um levantamento das favelas do município feito pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em 1979, uma listagem da Fundação Leão XIII do mesmo ano e o livro "Habitação em Questão" de Lícia do Prado Valladares, publicado pela Zahar Editores em 1980.

Além disso, foi encontrado no Iplan o cadastro de favelas por atuação governamental, continha apenas duas informações: a primeira referente à pavimentação de 3.200 metros de vias e a segunda à entrega de 316 títulos de propriedade da terra pela 85 - GETH da Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB). Entretanto, na planta atualizada da Prefeitura, constam apenas 275 lotes regularizados (figura 3).

O Cadastro das Favelas do Município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2023), atribui à ficha cadastral de Brás de Pina o número 114, informa o perímetro 1.935,398 metros e o fato da favela ser isolada, ou seja, não pertence a nenhum complexo de favelas.

A situação dos registros coletivos se agrava pela constatação, durante a visita ao local, que “não há mais memória coletiva em Brás de Pina” (SANTOS, 1981, p. 84). A associação não possui registros, sequer iconográficos, do que ocorreu. A CEHAB, responsável por arquivar o acervo da CODESCO por algum tempo, descartou toda a documentação. De acordo com Santos (1981), com exceção dos saudosistas, não se fala mais em luta, padre, CODESCO, etc. As pessoas que vieram de fora pensam que moram num lugar engraçado, estranho, mas não sabem dizer o porquê e não estão informadas sobre o que aconteceu há dez anos. As crianças pequenas não conhecem a história do local onde moram, pois, os pais não se dão ao trabalho de dizer o que se passou lá. Enquanto isso, ironicamente, nos meios profissionais e acadêmicos, a história que os habitantes não conhecem corre mundo, sendo citada e discutida em discursos escritos e falados (SANTOS, 1981).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Favela Brás de Pina, desde sua ocupação inicial em um terreno de mangue até sua urbanização e transformação, reflete os desafios e as complexidades enfrentadas pelas comunidades informais em contextos urbanos. Ao longo das décadas, os moradores demonstraram resiliência e determinação na busca por condições de vida dignas. O processo de urbanização de Brás de Pina foi marcado por uma participação comunitária ativa, com a colaboração entre lideranças locais e grupos de arquitetos, enfrentando o Estado, no período ditatorial brasileiro, na busca de integrar a comunidade ao tecido urbano formal.

Os desafios relacionados ao desenho urbano na Favela Brás de Pina, que foi escolhido, solicitado e aprovado pelos moradores em 1964, permanecem atuais e observa-se que o desenho urbano original persiste em grande parte da favela. Embora as ruas tenham se tornado estreitas como resultado desse desenho, essa característica pode ser percebida como proporcionando uma sensação de acolhimento, tornando-a uma continuação do bairro de Brás de Pina, embora com um traçado muito diferenciado da área formal adjacente.

Em relação à gentrificação, embora tenha ocorrido inicialmente, constatou-se durante visitas recentes e avaliações atuais que não houve modificações substanciais nesse sentido. Houve, de fato, uma gentrificação inicial, mas uma estabilização posterior ao longo do tempo.

A ausência de memória coletiva e de registros históricos na região aponta para um fenômeno preocupante de desenraizamento cultural e perda de identidade comunitária. O descarte da documentação pela CEHAB representa uma lacuna na preservação da história local, privando as gerações futuras do conhecimento sobre suas origens e lutas passadas.

Apesar dos esforços de urbanização, a Favela Brás de Pina ainda enfrenta desafios significativos, permeando a exclusão social e falta de acesso a serviços básicos. As perspectivas para o futuro dependem de políticas públicas mais eficazes e de um compromisso contínuo com o desenvolvimento e a inclusão social. O processo de urbanização da Favela Brás de Pina nos anos 60 foi um marco, sendo o primeiro desse tipo no Rio de Janeiro. Contrariando a política local da época, esse processo recebeu destaque na mídia e na academia. Mesmo após 40 anos, continuam a existir estudos relevantes nos programas de graduação e pós-graduação nacionais sobre a área na atualidade, destacando sua importância e complexidade como um caso pioneiro de urbanização de favelas.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) por meio da Bolsa de Doutorado de Felipe Gustavo Silva.

## REFERÊNCIAS

- BLANK, Gilda. Brás de Pina - Experiência em Urbanização de Favela. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.), **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 93 - 124.
- BLANK, Gilda. **Experiência em Urbanização de Favela Carioca – Brás de Pina**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Local) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- RIO DE JANEIRO. **DATA.RIO**. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Rio de Janeiro, 2023.
- IPLAN-RIO. ACOABR – **Assistência Comunitária aos Assentamentos de Baixa Renda no Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1993.
- SANTOS, Andreia Nogueira dos. **Gentrificação de favela: discurso ou ameaça no Morro do Vidigal?**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TAVARES, Daniel Gonçalves. **Laboratório da paisagem: uma intervenção em Brás de Pina**. TCC (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.